

METROPOLE

SSA-BA



Entre facções criminosas e sem proteção efetiva do estado, detentos vivem em condições subumanas nos presidios da Bahia. Rebelião que resultou em 5 mortos e 38 feridos expõe fragilidades do sistema carcerário

Págs. 4 e 5



Ed Motta, Raul Seixas e o Tolicionário de Flaubert

James Martins

Esta semana o cantor Ed Motta causou nas redes sociais após esculhambar Raul Seixas durante uma live. Para ele, o baiano cujo carisma só cresce a cada ano, chegando mesmo à idolatria, era, em resumo, "um idiota, ruim pra caralho musicalmente, e sem caráter". As redes não protestaram, porém (mesmo por que não existiam ainda), quando Voltaire disse que Shakespeare não tinha "a menor chama de bom gosto e nem o menor conhecimento das regras" literárias. O francês chegou mesmo a exclamar, talvez buscando cliques e biscoitos a qualquer custo: "Esse idiota do Shakespeare!".

Pois a frase foi parar, muito tempo depois, no Sottisier, o Tolicionário (a tradução é de Augusto de Campos) que Gustave Flaubert projetou, mas deixou incompleto e inédito, para concluir seu último romance, "Bouvard e Pécuchet". Ele simplesmente reuniu uma verdadeira antologia de declarações audaciosas que o tempo revelou enormes bobagens. Outro exemplo, ainda sobre o autor de "Romeu e Julieta": "O próprio Shakespeare, grosseiro como era, não deixava de possuir suas leituras e seus conhecimentos" (La Harpe). Outros: "Todo o Dante é uma mixórdia" (Chandon). "No

fundo, o gênio de Byron me parece um pouco imbecil" (L. Veuillot). "Voltaire foi o mais desprezível dos escritores" (De Maistre). E por aí vai.

Mas, por falar em críticas, esperto mesmo foi o pintor James Whistler que reuniu várias das piores que seu trabalho recebeu, em um livro intitulado "A Arte Sutil de Fazer Inimigos", sob a seguinte epígrafe de tom algo bíblico: "Julgai-os pelo que sai de suas bocas". Quer melhor resposta? O caso de Ed Motta me lembrou ainda outras declarações ácidas feitas entre pares, hoje históricas, que reúno aqui como uma espécie de atualização do Tolicionário.

"Ele canta alguma coisa? Não canta nada. Sabe como era o apelido do João Gilberto? Fim de Noite. Era ele com o violão! O Diminuto. Imagina ele na cama com uma mulher".

Nelson Gonçalves

"Eu não tinha nada contra a moça Nara Leão. Hoje eu tenho, porque me irrita a sua falta de posição, dentro e fora da música brasileira".

"A verdade é que Nara Leão canta muito mal".

Elis Regina

"Mas o que é a obra do Guimarães Rosa senão uma pirâmide de confeitaria?"

Nelson Rodrigues

"O estilo de Machado de Assis, sem ter grande originalidade, sem ser notado por um forte cunho pessoal, é a fotografia exata do seu espírito, de sua índole psicológica indecisa. (...) 'Ele gagueja no estilo, na palavra escrita, como fazem outros na palavra falada'".

Silvio Romero

"James Joyce é um operário autodidata que todos sabemos quão torturantes podem ser, quão egoístas, insistentes, brutos, agressivos, e em última instância repugnantes".

Virginia Woolf

"Como pode se ter talento sendo burro – o caso Graciliano Ramos".

"Graciliano é muito limitado. A crítica confunde pobreza com poder de síntese".

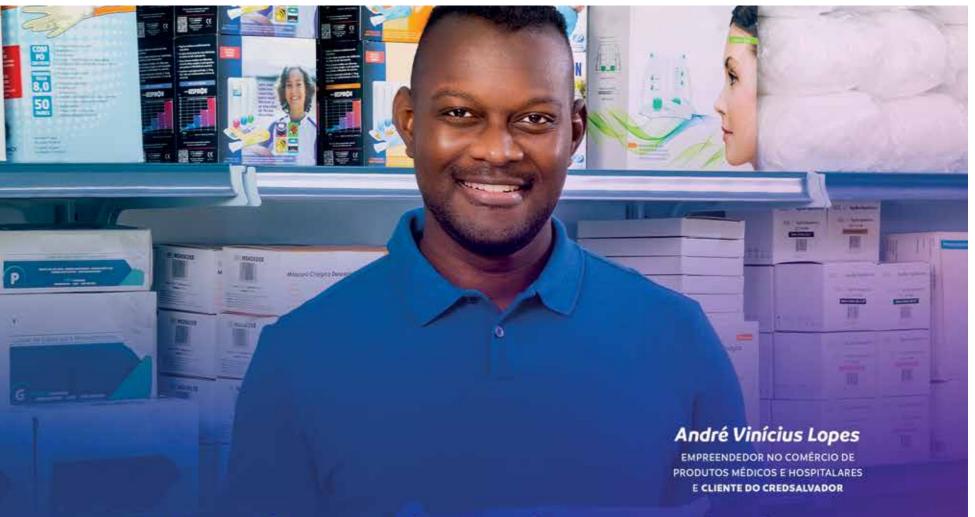
Oswald de Andrade

Publisher **Editora KSZ**Diretor Executivo **Chico Kertész**Editor-chefe **André Uzêda**Projeto Gráfico **Marcelo Kertész & Paulo Braga**Editor de Arte **Paulo Braga**

Diagramação Dimitri Argolo Cerqueira
Redação Adele Robichez, André Uzêda, Chayenne
Guerreiro, Gabriel Amorim e Rodrigo Meneses
Revisão André Uzêda e Redação

Comercial (71) 3505-5022 comercial@jornaldametropole.com.br

Rua Conde Pereira Carneiro, 226Pernambués CEP 41100-010 Salvador, BA tel.: (71) 3505-5000



Você pediu microcrédito rápido, fácil e com juros baixos. A Prefeitura atendeu.



A Prefeitura lançou o CredSalvador, microcrédito rápido, fácil e com juros baixos para você fazer crescer o seu negócio. Isso é bom para a sua empresa ou comércio e ótimo para a cidade, que ganha com mais empregos e mais renda. O CredSalvador é mais uma ação da Prefeitura para a nossa cidade dar a Volta por Cima.

VALOR DO CRÉDITO: DE R\$500 A

PROGRAMA INCLUI CAPACITAÇÃO DOS BENEFICIADOS CARÊNCIA DE 3 E 6 MESES E JUROS DE 0,5% AO MÊS PRAZO DE PAGAMENTO: DE 06 A 24 MESES

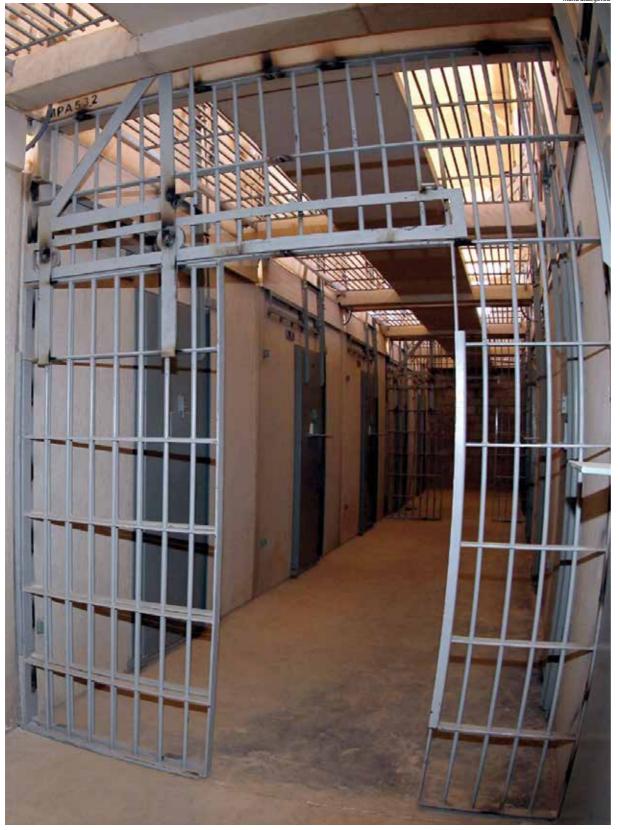
Mais informações: credsalvador.nexoos.com.br



PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL

Reação em cadeia

Briga entre facções criminosas resultou na morte de cinco detentos e 38 feridos na Lemos Brito; rebelião expõe fragilidades no sistema carcerário da Bahia



Texto Rodrigo Meneses rodrigo.meneses@metro1.com.br

A disputa pelo controle do módulo 2 da Penitenciária Lemos Brito (PLB), que terminou com cinco presos mortos e outros 38 feridos, expôs as falhas de segurança do Complexo Penitenciário da Mata Escura. Membros de uma facção tiveram acesso a uma pistola .40 e executaram os rivais a tiros no último domingo.

Com medo de morrer, vários internos tentaram fugir, mas foram impedidos pelos únicos três policiais penais que cuidavam da segurança no momento da rebelião. Lá, estavam custodiados 355 internos distribuídos em 64 celas.

A unidade estava com 99 presos a mais do que a capacidade permitida e 67 agentes penitenciários a menos do que recomenda o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP). O cálculo é um agente penitenciário para cada cinco detentos.

Autoridades que estiveram na PLB após o conflito classificaram o episódio como uma tragédia. "É inadmissível que entre uma arma de fogo e promova um cenário de guerra como esse. Tinha muito preso que não tinha nada a ver com esse conflito de facções e saiu ferido", afirma a defensora pública Fabíola Pacheco, membro da coordenação da Especializada Criminal e de Execução Penal da Defensoria Pública do Estado (DPE).

A arma de fogo, facas e facões foram encontrados após revista realizada pela PM no próprio domingo. A ação foi tratado pela Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA) e pela Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap) como uma briga causada pela rivalidade entre os grupos de detentos.

Presos e funcionários já prestaram depoimento e a autoria e motivação estão sendo apuradas.

FISSURAS

Para o presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Penal do Estado da Bahia (Sinspeb), Reivon Pimentel, a pistola foi introduzida por fissuras existentes na parede da prisão. "A Lemos Brito tem mais de 70 anos e não foram feitas reformas nesse

período. Acredito que a arma foi colocada por uma dessas fissuras. O indivíduo vem pela mata, introduz e depois foge, como já ocorreu outras vezes", afirma.

O Complexo Penitenciário da Mata Escura, onde está situada a PLB e outras seis unidades prisionais, não é cercado por muros. Algumas unidades possuem câmeras de monitoramento — o que não é o caso da Lemos Brito. Há guaritas onde policiais militares do Batalhão de Polícia de Guardas (BPGD) realizam a vigilância da área externa. Do portão da cadeia para dentro, os policiais penais cuidam da segurança.

De acordo com o comandante do BPGD, tenente coronel Flávio Farias, o módulo 2 da PLB fica voltado para um matagal e nem sempre é possível visualizar a movimentação externa. Após o conflito de domingo, o policiamento foi reforçado nos arredores do complexo prisional. "As viaturas estão fazendo rondas em torno do complexo, com utilização do Batalhão de Choque. Desde segunda-feira o clima é de tranquilidade", conta o oficial.

Para Fabíola Pacheco, o que mais influenciou para o resultado trágico do conflito foi a falha na segurança do complexo penitenciário.

"Ter uma pistola .40 é inaceitável. Nunca vi isso aqui na Bahia. Em 2015 houve uma briga de facções com nove mortes no Conjunto Penal de Feira de Santana, mas foi feita com facas, o que já é grave",

policiais penais estavam de plantão quando iniciou a rebelião na Lemos Brito lembra. A defensora diz ser inconcebível a existência de um complexo penitenciário sem muros. "Em 15 anos que trabalho lá, já ocorreram algumas fugas às 15h. Por vezes, já vi presos correndo e ninguém conseguir pegar", recorda.

A coordenadora da Especializada Criminal e de Execução Penal da DPE diz ser necessário investir na qualidade da pena, para diminuir o poder das facções dentro das prisões e barrar a comunicação com o mundo externo. "Infelizmente, o modelo no Brasil e na Bahia é de amontoar gente nas cadeias. Os presos acabam se associando buscando a própria segurança lá dentro e as facções vão ganhando poder. Os telefones são realidade dentro da cadeia, o que permite a comunicação com o mundo externo", relata.

BAIXO EFETIVO

Para Reivon Pimentel, a solução do problema de segurança nas cadeias do Estado passa pela contratação de mais policiais penais e o cumprimento da Emenda Constitucional 104/2019, que transformou os agentes penitenciários em policiais penais.

Com a mudança, a segurança dos estabelecimentos penais e escolta de presos ficam a cargo da Polícia Penal, liberando a PM e a Polícia Civil dessas atividades. "Com a contratação de mais servidores e cumprindo o que diz a Constituição, poderíamos fazer a vigilância perimetral, ocupação das guaritas e passarelas das unidades. A PM não tem efetivo para isso. Todas as guaritas do complexo foram abandonadas e isso fragiliza o perímetro", afirma.

De acordo o Sinspeb, atualmente são cerca de mil policiais penais para cuidar de 26 estabelecimentos prisionais no Estado. Segundo dados da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap), a população carcerária é de 12.732. São 637 presos a mais do que o total de vagas. Caso a recomendação do CNPCP fosse cumprida, deveria haver 2.546 policiais penais na Bahia.

BAIXO EFETIVO

Em nove dos 26 estabelecimentos penitenciários, a administração é feita pela

iniciativa privada. O estado cuida apenas do aspecto jurídico do preso, relativo ao cumprimento da pena. Este modelo é conhecido como cogestão. Para o Sinspeb e a DPE, a presença da iniciativa privada não garante a eficiência.

"As unidades de cogestão têm tecnologia de ponta em Eunápolis e mesmo assim ocorrem problemas. Os terceirizados ganham um quarto do que ganha o agente penitenciário. No presídio de Eunápolis, por exemplo, foi pego um terceirizado que estava colocando ilícitos dentro da prisão. O cara veio do Rio para servir a um traficante carioca que estava preso lá", conta Reivon Pimentel.

Fabíola Pacheco acredita que o comprometimento de um agente penitenciário concursado é maior do que um monitor de ressocialização com vínculo trabalhista. "Segurança é atividade fim e não deveria ser terceirizada. Não tem como ter agentes educadores, pessoas com vínculo trabalhista, sem estabilidade. Talvez não tenha o mesmo comprometimento e segurança que o agente penitenciário tem. Se o servidor cometer uma atividade ilícita, pode ter muito mais a perder do que um agente educador", explica.

O pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Crime e Sociedade (Lassos) da Ufba, Luiz Lourenço, chama atenção para a raiz do problema. É necessário, conforme o pesquisador, pensar na política do desencarceramento e na descriminalização das drogas.

"A maioria dos internos foram presos por tráfico de drogas e pequenos roubos. Quando essas pessoas entram nas prisões, elas são cooptadas pelos grupos criminosos, acostumados a aliciar pessoas para o funcionamento de suas estruturas. Quanto mais se prende, mais se fortalece esses grupos", explica. "E eles se fortalecem pela precariedade do sistema, tudo vira moeda de troca dentro da cadeia", completa.

Procurada pelo **Jornal da Metropo- le**, a Seap não respondeu às críticas dos entrevistados sobre as falhas de segurança e o baixo efetivo de policiais penais.

Ação para revogar Lei Rosemberg

MP enviou documento à PGJ para que ingresse com uma ação de inconstitucionalidade contra lei que dificulta fiscalização de prefeitos no Tribunal de Contas dos Municípios

Texto André Uzêda

andre.uzeda@radiometropole.com.br

Em dois meses sancionada, a Lei Rosemberg acumula classificações que variam entre "aberração jurídica" e "flagrantemente inconstitucional".

Após pressão da imprensa baiana (incluindo as duas últimas edições de capa do **Jornal da Metropole**), o movimento agora tem sido para revogar sua aplicação. O entendimento é que o conteúdo do texto, aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa da Bahia, viola preceitos da Constituição Federal (artigo 75) e cria indisponibilidade com a Constituição do Estado da Bahia (no artigo 91).

Neste sentido, o Ministério Público Estadual (MP-BA) endereçou um documento ao Procurador Geral de Justiça (PGJ) em exercício, Paulo Marcelo, para que analise a possibilidade de ingressar com representação ao Procurador Geral da República (PGR), o baiano Augusto Aras.

O documento do MP, assinado pela promotora Rita Tourinho, pede que o PGJ, caso assim considere, ingresse com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin). No texto, fica explícito que "lei estadual não tem o condão de restringir a extensão de norma Constitucional Federal".

Rita Tourinho fez ainda duras críticas ao que chama de "criatividade" do deputado baiano Rosemberg Pinto (PT) — parlamentar petista que propôs o projeto e passou a batizar, informalmente, a lei 14.460 aprovada no plenário.

No texto, a promotora cita que "a interpretação da norma não abre margem para que o legislador infraconstitucional seja criativo e estabeleça restrições a prerrogativa prevista pela Constituição".

EMPECILHO NA FISCALIZAÇÃO

A Lei Rosemberg cria empecilhos diretos ao trabalho de fiscalização do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) — órgão especializado na análise das contas públicas das 417 cidades que compõem o estado da Bahia.

Antes, a aplicação de multas era guiada por critérios como "grave infração à norma legal" e "ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico". A depender da gravidade, as penas variam entre cinco faixas de valor (de R\$ 300 a R\$ 15.000)

Com o texto revisado, as penas não podem ser mais aplicadas se não for comprovado que os gestores municipais agiram "em benefício próprio ou de familiares". Outra restrição imposta é que os conselheiros do TCM precisam demonstrar que houve dolo (intenção) no mau uso do dinheiro público - competência que antes cabia ao Ministério Público Estadual (MP-BA), após representação do tribunal, para adoção de medidas cíveis ou criminais. Um levantamento exclusivo feito pelo Jornal da Metropole, com base nos arquivos dos últimos cinco anos do órgão, revela um montante de R\$ 66 milhões em sanções a prefeitos e secretários por mau uso do dinheiro público.

Só no último biênio, de 2020 a 2021, este valor chegou a R\$ 31,7 milhões. Neste período, o TCM aplicou um total de 8.020 multas contra prefeitos e secretários que não cumpriram as normas de prestação de contas.

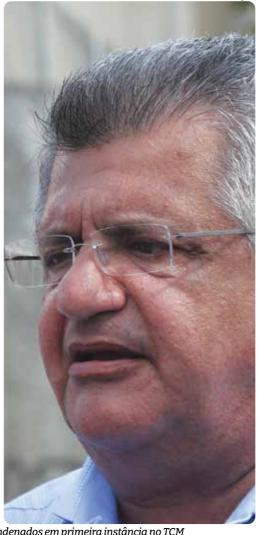




MP-BA criticou a "criatividade" do deputado petista Rosemberg Pinto com lei que briga com preceitos da Constituição Federal

111





 $\textit{Ex-prefeito Jo\~{a}o Henrique e deputado Bacelar foram condenados em primeira inst\^{a}ncia no \textit{TCM}}$

Condenados no TCM torcem por manutenção da Lei

Dois interessados na manutenção da Lei Rosemberg são o ex-prefeito de Salvador João Henrique Barradas Carneiro e o deputado federal João Carlos Bacelar (Podemos). Ambos foram condenados pelo TCM a devolver, do próprio bolso, R\$ 47,7 milhões, após o escândalo da ONG Fundação Pierre Bourdieu.

Embora a auditoria do tribunal aponte 22 pontos de fraude no contrato celebrado com a ONG, nenhum deles está ligado à acusação de desvio para benefício próprio ou de familiares.

Desta forma, poderiam se livrar da acusação, que, no momento, segue paralisada desde que o conselheiro Nelson Pellegrino pediu vistas para analisar o processo. João Henrique e Bacelar foram condenados em abril em primeira instância. Recorreram em novembro e agora aguardam o novo julgamento.



111



Audiência pública pela CPI da Coelba

O deputado estadual Tum (PSC) vai convocar no próximo dia 8 de março uma audiência pública para pressionar a Assembleia Legislativa da Bahia a iniciar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a empresa de energia Coelba. De acordo com Tum, mesmo com 44 assinaturas coletadas (o mínimo eram 21), a CPI não tem tido andamento porque há uma morosidade dos líderes do governo e da oposição para definir os nomes que farão parte da mesa diretora da comissão. Em toda sua história moderna, a Assembleia Legislativa da Bahia só teve quatro CPIs instaladas, ainda assim com pouco resultado efetivo.

Fotos da filha com armas

O prefeito Paulo Alves (PCdoB) da cidade de Caetanos, no sudoeste da Bahia, postou em suas redes sociais uma foto de sua filha, menor de idade, empunhando armas de fogo. O político afirmou que foi ela quem compartilhou as imagens, sem que ele soubesse. E disse tabmbém que eram registros antigos. "Estavam guardadas em minha residência, oportunidade em que ela fez os respectivos registros fotográficos.". Nas duas primeiras fotos, a criança segura duas pistolas. Na terceira, segura uma arma longa, do tipo espingarda. O ato infringe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)



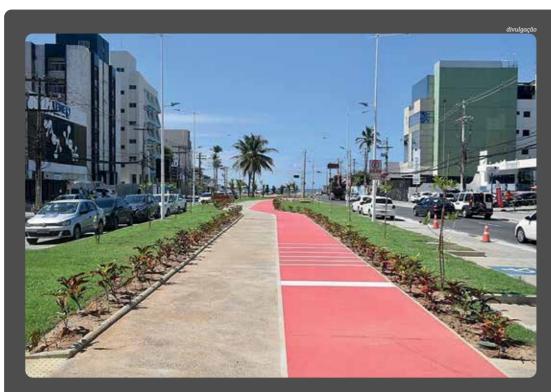
Nilo perde seguidores

Desde que anunciou o rompimento com o PT, o deputado federal Marcelo Nilo vem perdendo cada vez mais seguidores. Nos últimos 30 dias, Nilo já contabiliza menos 1.473 apoiadores nas redes. A queda é de 202% se comparado ao mês anterior, enquanto ainda fazia parte da base do governo. Nos dias em que endureceu o discurso contra o governo e chegou a se referir a Jaques Wagner e Rui Costa como "fraudes" foi quando Marcelo mais amargou a queda nas redes sociais: perdeu 837 seguidores.

Prefeito do PP fecha com Neto

Embora o PP esteja oficialmente fechado com o grupo petista, alguns prefeitos tem costurado alianças por fora. O prefeito de Ipupiara, Ascir Leite, declarou apoio a ACM Neto (UNIÃO), após visita do pré-candidato ao município. "Acredito na vitória de Neto, vim para somar e buscar convidar os meus colegas que ainda estão indecisos para que venham para o lado de cá", disse o gestor. Oficialmente, o PP não se pronunciou sobre este desembarque.





Avenida agora é Milton Santos

A prefeitura de Salvador sancionou a lei que determina a troca do nome da principal avenida do bairro de Ondina, em Salvador. Com a decisão, a Avenida Adhemar de Barros passará a se chamar Avenida Milton Santos. A medida acontece após uma campanha iniciada na internet ter ganhado forte adesão entre os soteropolitanos. O projeto de lei foi proposto pelo vereador Augusto Vasconcelos (PCdoB) e aprovado no dia 15 de dezembro na Câmara Municipal de Salvador. Milton Santos é considerado um dos principais intelectuais brasileiros e chegou a ser professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que mantém seu principal campus justamente em Ondina.



Jornal da Metropole, Salvador, 24 de fevereiro de 2022

9



Texto Adele Robichez

adele.robichez@radiometropole.com.br

Depois da extensa polêmica envolvendo a escolha de um nome evangélico para batizar uma das dunas do Abaeté, agora é o projeto de requalificação da prefeitura que atrai as atenções para o local.

Avaliada em R\$ 5 milhões, a requalificação prevê a ampla urbanização de um trecho das dunas. No espaço, o poder público planeja a instalação de sanitários, estacionamento e auditório, além da construção de escadaria e equipamentos de lazer. O edital foi lançadopara a concorrência sem que o projeto fosse inteiramente conhecido.

Sem esse detalhamento, as obras, explica o professor do Instituto de Biologia da Ufba, Miguel Accioly, podem causar uma série de prejuízos climáticos para Salvador.

Isso porque as dunas do Abaeté, dentro de uma APA (Área de Proteção Ambiental), são responsáveis por regular a temperatura e a interferência direta neste ecossistema traz o risco de aquecer toda a cidade.

"Sem vegetação, sem lagoas e prédios mais altos, a tendência é que Salvador fique mais quente, mais seca, mais desagradável", pontua Accioly.

O professor também cita o impacto que a intervenção teria na fauna e na flora. Ele acredita ainda que o projeto tende a atrair mais visitantes e pode representar um convite para a chegada de novos empreendimentos na área.

"Indo mais gente, vai ter ambulante, aí vão querer regulamentar e fazer um centro de comercialização. Os terrenos ao redor vão começar a ter valorização, então serão construídas mais igrejas, lojas, estacionamentos... Vai começar a se criar demanda em um lugar que deveria ser protegido", projeta.

Uma maior circulação de pessoas ainda poderia causar a desestabilização das dunas, desabando a areia para a Avenida Dorival Caymmi.

"Qual deveria ser o uso devido para aquela área? Contemplação, pesquisa científica e educação ambiental, tudo isso em baixa densidade. Lá, já está tendo uma circulação em alta densidade e, em vez de resolver isso, a prefeitura estaria ampliando a quantidade de pessoas", lamenta o biólogo.

Conforme o artigo 15 da lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a APA é uma unidade de uso sustentável e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

"De modo geral, na APA é mais fácil de conseguir fazer modificações porque a proteção não é tão rígida em comparação a outras unidades. Intervenções podem ser feitas desde que haja comprovado interesse ou utilidade pública, além do consentimento do Conselho Gestor do espaço. O ideal é que haja também a participação da população diretamente envolvida. Isso pode ser feito através de audiências públicas, mas quase nunca acontece dessa forma", expõe o professor de Direito Ambiental, Marcel Timbó.

Temendo o fim da preservação das





Dunas do Abaeté são áreas de culto para evangélicos e povo de santo em Salvador. Projeto de urbanização prevê série de obras no espaço



dunas, vereadores de oposição na Câmara Municipal de Salvador ingressaram com uma ação civil pública contra o projeto. Assinada pela vereadora Maria Marighella (PT) conjuntamente com as vereadoras do mandato coletivo Pretas por Salvador (PSOL), a ação requer a "apuração dos fatos, convocação dos responsáveis na Prefeitura pelo projeto, publicização e discussão da proposta".

"Estamos aqui para fiscalizar. Esse projeto serve a quem, para quê? Precisamos verificar a legalidade da questão ambiental. A prefeitura precisa responder a estas questões", diz Maria Marighella, presidente da Frente Parlamentar Ambientalista de Salvador. "Não queremos projetos prontos, mas formulados com os seus cidadãos", completa.

A vereadora lembra que a administração surpreendeu a todos com o ato de assinatura da ordem de serviço para licitação de obra. Não houve consulta pública e o projeto foi publicizado exatamente no mesmo dia em que surgiu outra proposta de autoria do vereador evangélico Isnard Araújo (PL), que desejava renomear o mesmo trecho como "Monte Santo - Deus Proverá".

Após revolta popular, o projeto de lei foi retirado da Câmara de Vereadores.

MODELO PROPOSTO

Jorge Santana, presidente do Parque das Dunas (parte da APA) gerido pela Unidunas, hesita sobre uma análise definitiva do projeto — que não foi apresentado para a disputa da concorrência.

Apesar da preocupação, Santana afirma que não enxerga a proibição dos cultos como uma solução e pensa que a escada e os banheiros, presentes na proposta, podem reduzir este problema. "Não tenho dúvidas [que o projeto pode atrair ainda mais gente], mas é difícil calcular [possíveis danos]. Se fizer uma estrutura embaixo, tem que ter um controle e, principalmente, educação ambiental. É difícil ter esse controle, mas proibir não é a palavra certa".

O biólogo Miguel Accioly alerta que iniciativas parecidas têm gerado consequências irreversíveis, constatadas com mais frequência nos últimos meses em diversos estados brasileiros.

"Quando se desrespeita a legislação ambiental, é possível promover impacto sobre a nossa própria vida. Não é sobre proteger plantinhas e bichinhos. É a nossa vida. Nesse caso, estamos falando de qualidade atmosférica".

Procurada, a Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas (Seinfra), responsável pelo projeto, esclareceu que a área de intervenção está fora da APA. Em nota, reforça que "a obra não tem o objetivo de coibir ou de aumentar o número de visitantes no local, mas sim de ofertar infraestrutura adequada aos mais de 5 mil visitantes que sobem às dunas semanalmente".

A secretaria ainda informou que a urbanização "foi pensada para que as atividades rotineiras, dentre elas as religiosas, ocorram em plena consonância com a natureza"





Texto Gabriel Amorim

gabriel.amorim@radiometropole.com.br

Ao cair a noite nesta quinta-feira, os circuitos do Carnaval estariam ocupados por milhares de foliões. Mascarados seriam levados pela voz potente de Margareth Menezes, da Barra até Ondina. No Campo Grande, o clássico trio de Armadinho, Dodô e Osmar avançaria trazendo a nostalgia dos antigos desfiles.

Nada disso, no entanto, acontecerá esta noite e muito menos nas próximas. Pelo segundo ano consecutivo, a pandemia do coronavírus suspendeu a folia em toda a Bahia. Apenas festas particulares, organizadas para um público de até 1.500 pessoas, estão autorizadas pelo governo do estado. A medida, válida até 2 de março, inclui especialmente eventos pré e carnavalescos (marchinhas, blocos, fanfarras e desfiles) previamente organizados ou espontâneos.

Do ponto de vista econômico, o prejuízo com a ausência do Carnaval alcança cifras bilionárias. Um levantamento realizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), estima que um ano sem a festa representa uma queda na circulação de R\$ 1,7 bilhão em Salvador.

Ainda segundo o estudo, 1,2 milhão de pessoas deixarão de circular na cidade e 60 mil trabalhadores ficarão sem desempenhar algum tipo de atividade. Os dois anos de cancelamento da festa representam um prejuízo de quase R\$ 3,5 bilhão.

TURISMO AFETADO

No setor turístico, hotéis e agências de viagem estão entre os setores mais afetados pelo cancelamento consecutivo.

"O Carnaval tem um efeito duplo na cidade, porque além de ser um período que consegue atingir picos de 100% na ocupação dos hotéis, ainda consegue valorizar os pacotes em até seis vezes mais que em épocas comuns", explica Luciano Lopes, presidente da Associação Brasileira da In-

dústria de Hotéis na Bahia (ABIH-BA).

Ainda segundo o representante, os oito dias do pacote básico de Carnaval representam cerca de 11% do faturamento anual do setor. A ausência da festa fará com que os hotéis deixem de movimentar R\$ 80 milhões.

Nas agências de viagem, a queda do movimento também é sentida. Os números, no entanto, ainda não foram consolidados pela Associação Brasileira de Agências de Viagem na Bahia (Abav-BA).

"É claro que sentimos uma queda, mas, diante da situação, até que não caiu tanto. A gente recebe os turistas que já tinam comprado suas viagens e não querem perder e aqueles que, mesmo comprando mais em cima da hora, acabaram aproveitando que os pacotes não tiveram o aumento de valor que é comum no Carnaval", explica Jean Paul Gonze, presidente da entidade.

A indústria do Carnaval impacta não só o faturamento de fevereiro, tendo reflexos





durante o ano inteiro.

"O Carnaval dá a Salvador uma presença espontânea na mídia que é muito grande e acaba trazendo turistas durante o ano inteiro. Sem a festa perdemos essa exposição. Então, o prejuízo acaba se refletindo nos outros meses também", diz Luciano Lopes.

Para o prefeito Bruno Reis, o sacrifício de não realizar o Carnaval pode ser um dos últimos que Salvador precisará enfrentar até o fim da pandemia. "A ocupação dos leitos de UTI estão a baixo de 50%, o fator RT nunca esteve tão baixo. Com fé em Deus esse fim de semana do Carnaval será o último que teremos que fazer sacrifício. Por isso aproveito para pedir que evitem aglomerações, usem máscara nesse período", disse durante entrevista coletiva.

"Já estamos vendo o mundo flexibilizar, o Reino Unido ontem já anunciou que a partir de abril deixa de existir qualquer protocolo e passado o Carnaval, vamos estudar quais outras medidas vamos adotar de flexibilização", completou.

OS NÚMEROS DA PERDA

1,2

de pessoas deixarão de circular nas ruas tradicionais do circuito

1,7

dos gastos dos foliões deixarão de circular em Salvador

60

mi

trabalhadores ficarão sem desempenhar atividades no período

90

milhões

em rendimentos deixará de ser gerado diretamente relacionado à festa

133

milhões

deixarão de ser investidos pelo poder público

Artistas farão festas para público reduzido

Enquanto não é possível festejar como se está acostumado, quem trabalha organizando a folia precisou se reinventar.

Os produtores criaram festas para se encaixar nas exigências do decreto estadual e dar aos dias de Carnaval o clima de folia. Nos eventos, nomes acostumados a puxar multidões, como Luiz Caldas, Bell Marques e Durval Lelys, agora farão suas apresentações em espaços fechados para um público reduzido.

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Salvador (Sedur), pasta responsável por coordenar o processo de concessão dos alvarás necessários para a realização dos eventos, até a última terça, 14 pedidos já haviam sido protocolados.

Ainda de acordo com a pasta, os pedidos de autorização para o período de Carnaval podem ser protocolados até o meiodia desta quinta e as autorizações para as festas do fim de semana podem ser concedidas até sexta. A agilidade no processo depende do envio de todos os documentos necessários por parte das produtoras, o que nem sempre acontece de primeira, segundo a Sedur.

"Até o dia 15 de fevereiro, quando saiu o decreto mais recente, a gente não podia fazer nada. Tivemos que planejar tudo em menos de 10 dias", conta Rodrigo Mello, sócio-diretor da produtora Pequena Notável, que organiza uma festa entre hoje e a próxima terça-feira.

Segundo o empresário, o planejamento precisou se adaptar, acima de tudo às regras e limitações impostas pela própria pandemia. "Tivemos um 2020 completamente parado, e em 2021 já começou a surgir uma luz no fim do túnel, a possibilidade de fazer alguns eventos que foram importantes pra gente ganhar a experiência necessária com todo o protocolo. Agora ainda estamos longe de ter o Carnaval como era, mas já temos pelo menos uns 30% da alegria de volta. O que a gente quer é fazer rodar a máquina do nosso setor, da forma que for possível", finaliza.

ENTREVISTA

Conceição Evaristo

ESCRITORA



A escritora Conceição Evaristo foi entrevistada por Mário Kertész, na Rádio Metropole, na semana que recebeu o título de cidadã baiana na Assembleia Legislativa da Bahia. A autora comentou o caso que aconteceu em novembro do ano passado, envolvendo uma professora de História do Colégio Vitória Régia, no Cabula, que foi afastada de suas funções justamente por abordar o livro 'Olhos D'água', escrito pela mineira em 2014. A questão foi amplamente divulgado pela imprensa baiana, após denúncia feita pelo Jornal da Metropole.

"Ouvi muitos comentários. Naquele momento, eu não me pronunciei porque seria puxar a brasa para minha sardinha. A interpretação poderia ser essa de que eu estaria fazendo uma defesa a meu favor. Ora, o livro Olhos d'Água ganhou o Prêmio Jabuti. Então, sem sombra de dúvidas, ele passou por uma avaliação, passou por uma leitura de pessoas que compreendem literatura. Além disso, é um livro muito bem aceito. O livro não têm nada além da vida. É interessante porque as pessoas tem essa dificuldade. Realmente eu não entendi... nos dias de hoje, uma aluna jovem, acompanhando toda a discussão a respeito de tudo, se sentiu tão violentada a ponto de responder — com violência simbólica — contra a professora", comentou.

CENSURA

Conceição definiu a ação ainda como uma "paranoia", um "desejo de censura".

"É um posicionamento político. A gente sabe que algumas posições políticas hoje são muito retrógradas. E eu ouso dizer ainda que é por ser um texto escrito por uma mulher. Essa autoria da mulher também tem um peso. Talvez uma autoria masculina, escrevendo dessa forma, fosse melhor aceito. E também escrito por uma mulher negra. Há uma dificuldade das pessoas entenderem que a nossa experiência de vida serve também como matéria de ficcionalização. A nossa vivência nos dá também essa capacidade de transformá-la em textos ficcionais. Agora, se a pessoa reclama de estar lendo um texto que vai ensinar feminismo ou pornografia e a toda hora a televisão está ligada, com várias programações, não faz sentido. Vai ser uma pessoa que tem que se fechar para o mundo. Então, acho que é uma paranoia, um desejo de censura, mas um desejo de censura quando a voz parte de determinadas experiências", disse. Conceição ainda provocou uma reflexão sobre a autoria da obra. "Questiono se, talvez, essa voz do livro trouxesse a experiência da uma classe média, ele fosse menos questionado".



A história, a Ucrânia, Almodóvar

Malu Fontes

Jornalista, doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas, professora da Facom/UFBA e colaboradora da Rádio Metropole

Conhecer a história, ler os livros certos, ou os errados, não impedirá o mundo de seguir seu fluxo, atropelando os bons e os maus, sem distinção. Mas permitirá, aqui e ali, a alguns, encontrar poesia, ironia e um certo sabor do vislumbre do óbvio, embora isso não sirva para nada, como é da natureza da arte. Para que serve a arte? Para contar histórias de ninar gente grande e sem carecer de letras, sem se importar com o tempo nem com fronteiras que separam pessoas, países ou circunstâncias, sejam elas as línguas, as ideologias ou o arame farpado.

Entre um filme em preto e branco, como A Fita Branca, que traduz a eclosão do ovo da serpente que gera a primeira guerra mundial, as manchetes dando conta de uma guerra em algum lugar que nos parece perto do fim do mundo e a explosão de cores do último filme de Pedro Almodóvar, Mães Paralelas, que lembra aos espanhóis a ditadura que os pós-millenials de lá já não lembram, continuamos espremidos, como sempre foi e será na história, entre ignorância e arrogância.

A espiral da história avança, sempre, mas passando pelos mesmos lugares. A Ana, de Almodóvar, a adolescente que ignora a história, nunca ouviu falar em Janis Joplin,

desconhece ditaduras e seus corpos em covas rasas que assombram gerações, engravida numa sessão de violência sexual coletiva porque quase amigos lhe chantageiam com imagens dela bêbada fazendo sexo com um garoto segundo ela inofensivo. As feministas de 2022 dirão sem dúvida que nenhum homem é inofensivo e talvez estejam certas. Mas quem é? As mulheres são? Ou Ana faria sexo com todos, ou suas imagens íntimas iriam para as redes sociais. Fez com todos. E pariu uma filha que, em tese, poderia ser de todos, mas na prática da vida, de nenhum.

Entre Ana, a adolescente da segunda década do século XXI, e a mãe morta de Janis, a personagem de Penélope Cruz, nomeada em homenagem a Janis Joplin, as diferenças são quais, senão do século e da natureza do torpor? Ana engravida embriagada e empurrada contra o muro da viralização da privacidade nas redes e isso lhe joga para outro mundo. A mãe de Janis engravida chapada de drogas, aquelas da geração beat, da contracultura, do sexo e do amor livres, e morre precocemente, de overdose.

A HISTÓRIA NÃO CALA A **BOCA**

lelas, o teatro diplomático entre a Ucrânia e a Rússia e o tsunami de certezas de barro que dão sono, a história segue seu fluxo, indiferente às nossas versões de agora. Todo mundo quer reescrever não só o presente, mas o passado também, ora apagando, ora mantendo de pé o que já ruiu. O sentido de revisionismo histórico é polissêmico. Enquanto uns derrubam estátuas, outros esmagam identidades, como faz agora o czar do século XXI, Vladimir Putin, cuja meta é fazer de novo a Rússia que se desfez em 2019.

Como a história não tem fim e recomeça todos os dias a tecer-se, de novo, com os fiapos do passado, fazer o quê, senão assistir nossas sombras ilusórias se movimentando na caverna de Platão? Os livros, a arte, o cinema, contarão no futuro o que as Anas de Almodóvar de agora ignoram tão naturalmente, de Janis Joplin aos mortos e desaparecidos das ditaduras. O resto é Eduardo Galeano, antes dos créditos finais de Mães Paralelas: "No hay historia muda. Por mucho que la quemen, por mucho que la rompan, por mucho que la mientan, la historia humana se niega a callarse la boca". Por mais que a gente minta agora, a história se recusa a calar a boca.

O ESTADO QUE MELHOR ENFRENTA A PANDEMIA

A LUTA CONTRA A PANDEMIA NÃO É FÁCIL,
MAS O GOVERNO DO ESTADO NÃO PARA
DE TRABALHAR. E JUNTOS ESTAMOS PERTO
DE VENCER ESSE DESAFIO. PORQUE QUANDO
OS BAIANOS PRECISAM DO GOVERNO
DO ESTADO, O GOVERNO DO ESTADO ESTÁ
SEMPRE AO LADO DOS BAIANOS.

- Dedicamos mais de 3.400 leitos ao coronavírus por toda a Bahia.
 - 860 mil baianos tiveram isenção na conta de água.
 - Prorrogamos o ICMS para comerciantes.
- Prorrogamos o IPVA para transporte escolar, turístico e autoescola.
 - Microempreendedores receberam crédito especial.
- Garantimos Vale-Alimentação,
 Bolsa-Presença e Programa Mais Estudo para os estudantes.





